

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A GESTÃO DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

Conforme instrução contida no Artigo 113, Inciso I, Alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, Inciso II, Alíneas “a” e “b” e Inciso III, Alíneas “a” e “b”, da Resolução nº 544/2000, atualizada, apresentamos o Relatório Minucioso do Administrador do Poder Executivo, Sr. **SELMAR ROQUE DURIGON**, referente à Tomada de Contas do Exercício Financeiro de **2015** constatando as metas físico-financeiras previstas e alencadas, conforme o que foi estabelecido no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual de 2015.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 – ORÇAMENTO

A Lei do orçamento para o exercício de 2015, de nº. 2.240/2014, de 17 de dezembro de 2014, estimou a receita em R\$ 25.261.400,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos reais), e a despesa em R\$ 25.261.400,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos reais).

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, como também a transferência de créditos adicionais, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro que segue:

DESPESA FIXADA	R\$ 25.261.400,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	R\$ 1.762.090,61
(-) Reduções	R\$ 1.784.609,27
CRÉDITOS ESPECIAIS	R\$ 1.118.502,18
(-)Reduções	R\$ 0,00
DESPESA AUTORIZADA	R\$ 26.357.383,52

1.2 – CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício considerado foram autorizados créditos adicionais que somaram R\$ 2.880.592,79, sendo que, Suplementares no montante de R\$ 1.762.090,61, e Especiais no montante de R\$ 1.118.502,18, utilizados os recursos abaixo discriminados, de acordo com o art. 43 da Lei 4320, de 17 de março de 1964:

Anulações de Dotações	R\$	1.784.609,27
Superávit Financeiro	R\$	27.481,34
Excesso de Arrecadação	R\$	1.015.870,60
Reabertura Excesso de Arrecadação	R\$	52.631,58
Total.....	R\$	2.880.592,79
		=====

1.3 – ANÁLISE DA RECEITA

A receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 22.160.096,54 verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 4.117.174,06.

O comportamento da receita no exercício considerado traduz-se no quadro abaixo:

TÍTULOS	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	26.868.678,90	22.829.262,58	-4.039.416,32
Receita Tributária	1.298.600,00	875.190,73	-423.409,27
Receita Contribuições	642.000,00	587.509,54	-54.490,46
Receita Patrimonial	1.379.810,00	3.036.035,23	+1.656.225,23
Receita Agropecuária	10.000,00	0,00	-10.000,00
Receitas Serviços	411.200,00	213.205,52	-197.994,48
Transf. Correntes	22.693.468,90	17.925.545,03	-4.767.923,87
Outras Receitas Correntes	433.600,00	191.776,53	-241.823,47
RECEITAS DE CAPITAL	1.799.591,70	1.014.058,32	-785.533,38
Operação de Crédito	125.091,70	116.061,30	-9.030,40
Alienação Bens	290.000,00	50.949,86	-239.050,14
Amortização Empréstimos	56.000,00	22.869,91	-33.130,09
Transf. Capital	1.328.500,00	824.177,25	-504.322,75
RECEITAS INTRA – ORÇAMENTÁRIAS	932.800,00	799.956,19	-132.843,81
Contribuições Sociais Intra-orçamentária	932.800,00	799.956,19	-132.843,81
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	(-)3.323.800,00	(-)2.483.180,55	-840.619,45
TOTAL.....	26.277.270,60	22.160.096,54	-4.117.174,06

As transferências da União e do Estado perfizeram um montante de R\$ 17.925.545,03, correspondente a 80,89 % do total arrecadado.

O comportamento da receita realizada nos três últimos exercícios, distinguindo-se as receitas próprias, foi o seguinte:

RECEITA REALIZADA

EXERCÍCIOS	PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS	TOTAL	%
2012	5.523.442,03	16.085.261,19	21.608.703,22	100
2013	3.220.666,84	15.326.607,61	18.547.274,45	100
2014	4.232.085,25	18.933.995,48	23.166.080,73	100

Analisando o exercício de 2014, houve um acréscimo de arrecadação de 7,20% em relação ao exercício de 2012 e de 24,90% em relação ao exercício de 2013.

1.4 – ANÁLISE DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada em R\$ 25.261.400,00 foi alterada conforme os créditos adicionais já citados para R\$ 26.357.383,52, conforme detalhamento descrito na tabela abaixo:

A despesa realizada alcançou R\$ 19.106.510,19, importância que se distribui da seguinte forma:

DESPESA

TÍTULOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES	20.940.949,18	17.176.820,80	-3.764.128,38
Pessoal Encar. Sociais	10.545.803,77	9.678.907,71	-866.896,06
Juros Encar. Divida	91.000,00	88.631,82	-2.368,18
Outras Desp. Correntes	10.304.145,41	7.409.281,27	-2.894.864,14
DESPESAS CAPITAL	3.205.634,34	1.929.689,39	-1.275.944,95
Investimentos	2.860.634,34	1.666.929,87	-1.193.704,47
Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	-5.000,00
Amortização Divida	340.000,00	262.759,52	-77.240,48
RESERVA CONTINGENCIA	2.210.800,00	0,00	-2.210.800,00
TOTAL.....	26.357.383,52	19.106.510,19	-7.250.873,33

A maior concentração de dispêndio deu-se em Pessoal e Encargos Sociais com R\$ 9.678.907,71, que representa 50,66% do total.

O comportamento da despesa realizada nos três últimos exercícios, destacando-se as Despesas Correntes das Despesas de Capital, foi a seguinte:

DESPESA REALIZADA

ANOS	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	%
2012	14.519.096,70	3.476.819,83	17.995.916,53	100
2013	16.170.582,34	1.297.802,43	17.468.384,77	100
2014	17.949.321,25	2.108.159,10	20.057.480,35	100

Conforme as despesas totais realizadas do exercício 2014, houve um acréscimo nos dispêndios de 11,45% em relação ao exercício de 2012 e um acréscimo de 14,82% em relação ao exercício de 2013.

Verifica-se, então, que na execução orçamentária do exercício 2014 a receita arrecadada obteve uma arrecadação a maior real de 7,20%, enquanto a despesa aumentou em 11,45% em relação ao exercício de 2012, e um acréscimo de 24,90% na receita e um acréscimo de 14,82% nas despesas em relação ao exercício de 2013.

1.5 – CONFRONTO DA RECEITA COM A DESPESA

A execução orçamentária alcançou as cifras seguintes:

DESPESA ORÇADA	R\$	25.261.400,00
Créditos Ordinários	R\$	1.762.090,61
Créditos Especiais	R\$	1.118.502,18
(-) Reduções	R\$	1.784.609,27
(=) DESPESA AUTORIZADA	R\$	26.357.383,52
DESPESA REALIZADA	R\$	<u>19.106.510,19</u>
Despesa a Menor...	R\$	7.250.873,33
RECEITA PREVISTA	R\$	26.277.270,60
RECEITA ARRECADADA	R\$	<u>22.160.096,54</u>
Receita a Menor	R\$	4.117.174,06
RECEITA ARRECADADA	R\$	22.160.096,54
(-) DESPESA REALIZADA	R\$	<u>19.106.510,19</u>
Superavit Orçamentário	R\$	3.053.586,35

1.6- DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE/FUNDEB

1.6.1 – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

I – EXECUÇÃO

1.1. ORÇAMENTO

Conforme análise da Contabilidade do município constatou-se que a Lei Orçamentária nº 2.240/2014 estimou que a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências, multas e juros de mora dos tributos e dívida ativa tributária serão de R\$ 18.118.600,00 (dezoito milhões, cento e dezoito mil, seiscentos reais) e que, de acordo com o art. 212 da Constituição Federal e caput do art. 69 da Lei 9.394/1996 (que determina o percentual a ser aplicado na educação), os 25 % da receita estimada através da Lei Orgânica Municipal equivalem a R\$ 4.529.650,00 (Quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta reais).

I – EXECUÇÃO

Durante o exercício de 2015 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de impostos, e transferências constitucionais e dívida ativa.

	ORÇADA	ARRECADADA	25% OU O QUE A LEI ORGÂNICA DETERMINAR
IPTU	110.000,00	92.913,74	23.228,44
IRRF	356.600,00	348.719,98	87.179,99
ITBI	155.000,00	129.839,60	32.459,90
ISS	350.000,00	167.501,92	41.875,48
FPM	8.358.000,00	6.707.087,39	1.676.771,85
ITR	50.000,00	71.312,59	17.828,15
L.C. nº 87/96	60.000,00	42.847,34	10.711,84
ICMS	8.150.000,00	5.927.915,65	1.481.978,91
IPVA	300.000,00	293.374,99	73.343,75
IPI-EXPORTAÇÃO	180.000,00	115.920,58	28.980,14
Multas/Juros de Impostos	21.000,00	6.353,74	1.588,43
Divida Ativa de Impostos	28.000,00	11.977,24	2.994,31
TOTAL	18.118.600,00	13.915.764,76	3.478.941,19

Analisando o quadro acima observamos que houve economia orçamentária – déficit no montante de R\$ 4.202.835,24 em relação à estimativa orçada.

A Receita proveniente das transferências de recursos do FUNDEB no exercício foi de R\$ 1.798.997,28.

Cabe agora ressaltar a arrecadação realizada pelo Município no exercício de 2015 através dos convênios, acordos e ajustes entre as diversas esferas de governo, como segue:

Salário Educação União	R\$	168.477,44
Transfer. Do FNDE ao PDDE	R\$	2.820,00
Merenda Escolar FNDE/MEC	R\$	33.232,00
Transporte Escolar Estado	R\$	200.234,00
Programa Nac.de Apoio Transporte Escolar - PNATE	R\$	70.520,72
TOTAL	R\$	475.284,16

Então, conclui-se que os totais efetivos de recursos, que deverão ser gastos nas atividades referentes à educação são de:

Proveniente da arrecadação de impostos	R\$	3.478.941,19
Provenientes dos convênios	R\$	475.284,16
Total da receita destinada a educação	R\$	3.954.225,35
+ Rendimentos Aplicação MDE/FUNDEB	R\$	3.072,90
+ Rendimentos de Convênios e Ajustes	R\$	2.089,32
Total Geral.....	R\$	3.959.387,57
		=====

2. DESPESAS

2.1. Orçamento

A despesa autorizada, que efetivamente são reconhecidas como gastos computáveis no ensino fundamental pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional somaram R\$ 5.223.367,77.

2.2. Execução

A execução das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino por subfunção, serão agora relacionados e discriminados para o cálculo dos 25 % com a educação.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA		
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS
ENSINO FUNDAMENTAL	3.209.567,77	2.736.930,77
ENSINO MÉDIO	0,00	0,00
ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00
ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	545.000,00	407.894,40
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	253.500,00	157.969,25
Outras Subfunções	3.000,00	0,00
(+) Perda / Ganho com o FUNDEB)	1.238.800,00	669.892,38
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	(26.500,00)	(3.072,90)
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	5.223.367,77	3.969.613,90
PERCENTUAL APLICADO	28,83%	28,53%

CONCLUSÃO

Através dos dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, temos que a receita obtida do cálculo dos 25,00% dos impostos, transferências e dívida ativa arrecadados é de R\$ 3.478.941,19, e que a receita obtida através dos convênios acordados e ajustes realizados pelo Município somou a importância de R\$ 475.284,16, mais o Rendimento de Aplicação Financeira do MDE/FUNDEB/Convênios e Ajustes R\$ 5.162,22. Logo teremos que, o total da Receita arrecadada destinada à educação foi de R\$ 3.959.387,57.

As despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas no acumulado do exercício de 2015, totalizaram R\$ 3.969.613,90, o que corresponde a 28,53% da receita de impostos e transferências, atendendo ao art. 212 da Constituição Federal.

Os dispêndios de R\$ 1.796.679,57 do FUNDEB foram assim classificados:

Aplicação de no Mínimo 60 % dos recursos do FUNDEB (Art. 21 da Lei do FUNDEB).

Profissionais do Magistério da Educação

Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 1.116.756,84
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	R\$ 48.765,93
Obrigações Patronais	R\$ 143.799,02
Sub-Total	R\$ 1.309.321,79

Despesas do FUNDEB (Exceto: § 2º do Art.21 e Art.22 da Lei do FUNDEB – 40%)

<i>Indenização Auxílio Alimentação</i>	R\$	89.204,00
<i>Obrigações Patronais</i>	R\$	31.108,58
<i>Salário Família</i>	R\$	786,00
<i>Vencimentos e Vantagens Fixas</i>	R\$	326.591,96
<i>Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Serv. Transporte de Alunos)</i>	R\$	39.667,24
Sub-Total	R\$	487.357,78
TOTAL	R\$	1.796.679,57

Conforme descrito acima o município aplicou o mínimo de 60,00 % em Remuneração de Profissionais do Magistério da Educação, ou seja, atingiu um percentual de 72,69%.

1.7– DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO NAS AÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE – ASPS

1.7.1 – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

I – EXECUÇÃO

1.2. ORÇAMENTO

Conforme análise da Contabilidade do município constatou-se que a Lei Orçamentária nº 2.240/2014 estimou que a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária será de R\$ R\$ 18.118.600,00 (dezoito milhões, cento e dezoito mil, seiscentos reais) e que, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000 (o qual determina o percentual a ser aplicado na saúde), no caso deste Município o percentual é de 15,00% da receita estimada equivalem a R\$ 2.717.790,00 (dois milhões, setecentos e dezessete mil, setecentos e noventa reais).

I – EXECUÇÃO

Durante o exercício de 2015 o comportamento da receita proveniente da arrecadação de impostos, e transferências constitucionais e dívida ativa.

	ORÇADA	ARRECADADA	15% EXERCÍCIO DE 2013
IPTU	110.000,00	92.913,74	13.937,06
IRRF	356.600,00	348.719,98	52.307,99
ITBI	155.000,00	129.839,60	19.475,94
ISS	350.000,00	167.501,92	25.125,29
FPM	8.358.000,00	6.707.087,39	1.006.063,11
ITR	50.000,00	71.312,59	10.696,89
L.C. nº 87/96	60.000,00	42.847,34	6.427,10
ICMS	8.150.000,00	5.927.915,65	889.187,35
IPVA	300.000,00	293.374,99	44.006,25
IPI-EXPORTAÇÃO	180.000,00	115.920,58	17.388,09
Multas/Juros de Impostos	21.000,00	6.353,74	953,06
Divida Ativa de Impostos	28.000,00	11.977,24	1.796,58
TOTAL	18.118.600,00	13.915.764,76	2.087.364,71

Analisando o quadro acima observamos que houve economia orçamentária – déficit no montante de R\$ 4.202.835,24 em relação à estimativa orçada.

Cabe agora ressaltar a arrecadação realizada pelo Município através dos convênios, acordos e ajustes entre as diversas esferas de governo, como segue:

RECEITA		
PAB FIXO – União	R\$	113.780,37
Vigilância Sanitária - União	R\$	20.691,90
Farmácia Básica – União	R\$	21.416,23
Programa de Saúde da Família – PSF - União	R\$	176.340,00
Transferência – FNS – SAI/SUS	R\$	400,00
PACS – União	R\$	140.946,00
PMAQ - Programa melhoria acesso e qualidade - União	R\$	85.000,00
Incentivo PSF – Estado	R\$	16.000,00
Incentivo Farmácia Básica – Estado	R\$	1.801,86
PSE - Programa Saúde na Escola	R\$	600,00
Programa Atenção Básica - Estado	R\$	15.752,95
Cofinanciamento Hospitalar	R\$	10.278,90
TOTAL	R\$	603.008,21

Então, conclui-se que o total efetivo de recursos, que deverão ser gastos nas atividades referentes ASPS é de:

Proveniente da arrecadação de impostos:	R\$	2.087.364,71
Provenientes dos convênios:	R\$	603.008,21
Total da receita destinada a ASPS/Convênio	R\$	2.690.372,92
Rendimentos Aplicação Convênio	R\$	36.131,87
Rendimentos Aplicação ASPS	R\$	1.397,15
TOTAL GERAL.....	R\$	2.727.901,94
		=====

2. DESPESAS

2.1. Orçamento

A despesa autorizada com dispêndios em Saúde que efetivamente são reconhecidos como gastos computáveis em Ações e Serviços Públicos em Saúde – ASPS somaram R\$ 3.030.486,66.

2.2. Execução

A execução das diversas atividades e projetos com ASPS, colocados a disposição desta municipalidade, serão agora relacionados e discriminados como computáveis e não computáveis para o cálculo dos 15,00% com a SAÚDE.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA		
Projeto/Atividade	Computáveis	Não Computáveis
	Despesas Liquidadas ASPS	Despesas Liquidadas Vinculadas
1061 – Aquisição de materiais e equipamentos	3.834,25	56.185,75
1063 – Convênio Serviços Casa de Saúde São José	912.519,00	10.278,90
1064 – Convênio Consórcio Saúde	100.655,78	-
1207 – Programa mais médicos	24.000,00	-
2045 – Auxílios a pessoas	7.033,68	-
2046 – Treinamento e aperfeiçoamento de servidores	8.503,92	-
2047 – Manutenção de veículos a serviços da saúde	139.945,01	4.559,00
2048 – Manutenção dos serviços da Secretaria da Saúde	1.793.325,68	-
2049 – Atividades gerais em ações de saúde	14.701,12	99.913,04

2050 – Farmácia básica	14.242,08	9.388,40
2051 – Atividade ACS	-	151.256,90
2052 – Atividade PSF	-	262.876,74
2054 – Convênio Pastoral da Criança	8.739,36	-
2055 – Convênios Banco da Esperança	90,00	-
2057 – Saúde bucal	2.487,00	5.062,87
2060 – Programa Vigilância Sanitária	170,00	7.539,60
2062 – Vigilância em saúde	-	1.672,00
Sub-Total	3.030.246,88	608.733,20
Restos a Pagar 2014	239,78	-
(-) Despesa liquidada com rendimentos ASPS	(-) 1.397,15	-
(-) Gastos com aposentadorias e pensões	(-) 2.992,58	
TOTAL	3.026.096,93	

CONCLUSÃO

Através dos dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, a receita obtida do cálculo dos 15,00% dos impostos, transferências e dívida ativa arrecadados é de R\$ 2.087.364,71, e que a receita obtida através dos convênios acordados, alienação de bens e ajustes realizados pelo Município somou a importância de R\$ 603.008,21, mais o Rendimento de Aplicação Financeira da Conta ASPS R\$ 1.397,15 e Rendimentos de Aplicação Financeira de Convênios R\$ 36.131,87. Logo teremos que, o total da Receita arrecadada destinada a Saúde foi de R\$ 2.727.901,94.

Também é possível visualizar através do demonstrativo das despesas que o Município realizou gastos computáveis na ordem de R\$ 3.030.486,66 gastos estes que deduzidos os rendimentos de aplicação financeira do ASPS no valor de R\$ 1.397,15 e os gastos com aposentadorias e pensões no valor de R\$ 2.992,58 que confrontados com a receita realizada (impostos + transferências=total R\$ 13.915.764,76) atingiu um percentual de 21,74%. Foram realizadas despesas com os acordos, ajustes e convênios em R\$ 608.733,20.

Conforme descrito acima o município aplicou 21,74% conforme estabelecido na Emenda Constitucional 29, portanto o Município atingiu o percentual mínimo exigido pela Legislação vigente que é de 15,00% para o exercício de 2015.

Relatório Circunstanciado da Gestão 2015

Foram implementados os seguintes investimentos e melhorias, considerados relevantes, conforme previstos na LDO e Lei orçamentária para o exercício de 2015, a seguir descritos:

1. Aquisição de 1(um) caminhão caçamba truque tracionado.
2. Aquisição de 2(dois) veículos leves.
3. Aquisição de 1(um) caminhão leve.
4. Aquisição de 5(cinco) balanças para bovinos.
5. Aquisição de 1(uma) máquina para confecção de fraldas na Assistência Social.
6. Aquisição de 2(duas) Patrulhas Agrícolas mecanizadas.
7. Realização de capeamento asfáltico na Rua Barão do Rio Branco.
8. Conclusão da Obra da Escola de Educação Infantil.
9. Aquisição de Mobiliário para a Escola de Educação Infantil.
10. Inauguração e início das atividades da Escola de Educação Infantil.
11. Reforma geral de retroescavadeira.
12. Início da obra do ginásio de Esportes na Escola José Rubin Filho.
13. Conclusão do calçamento nas Ruas Júlio Lourenço de Salles e das Araucárias.

Cabe salientar que as demais metas previstas na LDO e Lei orçamentária, não foram implementadas, devido ao incremento de novas metas prioritárias que foram incluídas durante o exercício, portanto as demais metas previstas não foram executadas por não terem sido consideradas prioritárias no exercício em questão, como também por falta de recursos financeiros, buscando ajustes orçamentários e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONCLUSÕES FINAIS

Fica esclarecido ainda que, foram cumpridas todas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em consequência das dificuldades financeiras e os escassos recursos públicos, não foi possível contemplar toda a demanda do município. O exercício de 2015 foi encerrado com superávit financeiro.

É o relatório.

Pinhal Grande (RS), 29 de Março de 2016.

SELMAR ROQUE DURIGON
Prefeito Municipal